

**UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO**

**DIRETORIA DE GRADUAÇÃO**

**CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**Vitória Olive Gonzaga**

**RA: 334483**

**O DECLÍNIO DO MILAGRE ECONÔMICO E SUA  
INFLUÊNCIA NO MOVIMENTO SINDICAL BRASILEIRO**

**São Bernardo do Campo**

**2024**

**VITÓRIA OLIVE GONZAGA**

**O DECLÍNIO DO MILAGRE ECONÔMICO E SUA INFLUÊNCIA NO  
MOVIMENTO SINDICAL BRASILEIRO**

Monografia apresentada como requisito parcial  
para conclusão do curso de Ciências  
Econômicas na Universidade Metodista de São  
Paulo, para obtenção do grau de Bacharel em  
Ciências Econômicas.  
Orientador: Prof. Dr. Marco Aurelio Bernardes

**São Bernardo do Campo**

**2024**

## FICHA CATALOGRÁFICA

G589d

Gonzaga, Vitória Olive

O declínio do milagre econômico e sua influência no movimento sindical brasileiro / Vitória Olive Gonzaga. 2024.

46 p.

Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) --  
Diretoria de Graduação da Universidade Metodista de São Paulo,  
São Bernardo do Campo, 2024.

Orientação de: Marco Aurelio Bernardes.

1. Milagre econômico 2. Movimento sindical 3.  
Ditadura militar 4. Sindicalismo I. Título.

CDD 330

A monografia sob o título “O DECLÍNIO DO MILAGRE ECONÔMICO E SUA INFLUÊNCIA NO MOVIMENTO SINDICAL BRASILEIRO”, elaborada por Vitória Olive Gonzaga, foi apresentada e aprovada em dezembro de 2024, perante banca examinadora composta pelos professores Doutores Marco Aurelio Bernardes (Presidente/UMESP) e Marcelo dos Santos (Titular /UMESP).

---

**Prof. Dr. Marco Aurelio Bernardes**  
**Orientador e Presidente da Banca Examinadora**

---

**Prof. Dr. Marcelo dos Santos**  
**Coordenador do Curso de Ciências Econômicas**  
**Universidade Metodista de São Paulo**



## **AGRADECIMENTOS**

A conclusão deste trabalho não seria possível sem a contribuição e o apoio de diversas pessoas que estiveram comigo durante essa longa e árdua caminhada.

Primeiramente, gostaria de agradecer ao meu orientador, Prof. Marco Aurelio Bernardes, por sua orientação valiosa, paciência e incentivo ao longo de todo o processo. Suas sugestões e pontuações construtivas foram de fundamental importância para o desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço também aos meus colegas e amigos, por estarem ao meu lado durante esta jornada. Suas trocas de ideias e apoio foram essenciais para que eu conseguisse enfrentar todos esses desafios. Não poderia deixar de mencionar minha família, especialmente meus pais, por sempre acreditarem em mim e me oferecerem suporte emocional nos momentos mais difíceis. Sua confiança me motivou a seguir em frente. Um agradecimento especial à Universidade Metodista de São Paulo pela concessão da minha bolsa de estudos, que foi crucial para a realização deste trabalho. Por fim, agradeço a todos que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho, seja através de conversas, leituras ou apoio moral. Cada um de vocês fez a diferença.

Muito obrigada!

## RESUMO

Esta investigação discute a influência que o período do milagre econômico exerceu aos movimentos sindicais brasileiros. A partir da observação dos fatos ocorridos no período referente a ditadura militar brasileira, pretende-se analisar a complexidade dos eventos econômicos e sua relação com os movimentos sociais, e examinar as atitudes que influenciaram a construção do regime e os episódios de mobilização sindical, que se levaram ao declínio do regime autoritário. Ao mesmo tempo, busca-se refletir sobre a edificação da memória social sobre o período de sucesso econômico nacional, que, no entanto, desconsidera a realidade da classe trabalhadora. O objetivo geral da pesquisa foi investigar o período do Milagre Econômico (1968 a 1973) e suas peculiaridades, e, como seu declínio, com o primeiro choque do Petróleo (1973), influenciou o movimento sindical brasileiro. Os objetivos específicos foram: traçar um breve histórico sobre o tema Milagre Econômico Brasileiro e apresentar sua importância para a qualidade de vida e direitos trabalhistas; investigar com base na leitura de artigos e livros sobre a Economia Brasileira no período 1968 a 1973, as condições de vida e direitos trabalhistas da população, e cotejá-las criticamente com os dados estatísticos divulgados; e caracterizar o movimento sindical brasileiro, dos anos 60 e até o início dos anos 90. A justificativa dessa investigação foi a ênfase a dados estatísticos econômicos do período – que se caracteriza pelo espaço diminuto ao contraditório, elementos que apontassem para a qualidade de vida da população, sobretudo a de baixa renda, no período deste estudo. O percurso metodológico envolveu o método qualitativo com a pesquisa bibliográfica, a leitura de artigos científicos, jornais e revistas especializadas, monografias, dissertações e teses. A investigação demonstra que o período do Milagre Econômico impulsionou a industrialização e o pleno emprego, fortalecendo o movimento sindical no Grande ABC. A crise de 1973 e as tensões sociais intensificaram as mobilizações, destacando novas lideranças como Luiz Inácio da Silva (Lula). Isso contribuiu para a organização de um movimento sindical mais forte, que resistiu à ditadura.

**Palavras-chave:** Milagre Econômico. Movimento Sindical. Ditadura Militar. Sindicalismo.

## ABSTRACT

This investigation discusses the influence that the period of the economic miracle had on Brazilian trade union movements. From the observation of the facts that occurred during the period relating to the Brazilian military dictatorship, the aim is to analyze the complexity of economic events and their relationship with social movements, and to examine the attitudes that influenced the construction of the regime and the episodes of union mobilization, which led to the decline of the authoritarian regime. At the same time, we seek to reflect on the construction of social memory about the period of national economic success, which, however, disregards the reality of the working class. The general objective of the research was to investigate the period of the Economic Miracle (1968 to 1973) and its peculiarities, and how its decline, with the first Oil shock (1973), influenced the Brazilian union movement. The specific objectives were: to outline a brief history of the theme of the Brazilian Economic Miracle and present its importance for quality of life and labor rights; investigate, based on reading articles and books on the Brazilian Economy in the period 1968 to 1973, the living conditions and labor rights of the population, and critically compare them with published statistical data; and characterize the Brazilian union movement, from the 60s to the beginning of the 90s. The justification for this investigation was the emphasis on economic statistical data from the period – which is characterized by limited space for contradictions, elements that point to the quality of life of the population, especially those with low income, during the period of this study. The methodological path involved the qualitative method with bibliographical research, reading scientific articles, newspapers and specialized magazines, monographs, dissertations and theses. The investigation demonstrates that the period of the Economic Miracle boosted industrialization and full employment, strengthening the union movement in Greater ABC. The 1973 crisis and social tensions intensified mobilizations, highlighting new leaders such as Luiz Inácio da Silva (Lula). This contributed to the organization of a stronger union movement, which resisted the dictatorship.

**Key-words:** Economic Miracle. Labor Movement. Military Regime. Trade Unionism.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>10</b>
<b>2 METODOLOGIA E REFERENCIAIS TEÓRICOS</b> .....	<b>12</b>
2.1 Abordagem qualitativa e a pesquisa bibliográfica.....	12
2.2 Justificativa.....	13
2.2.1 Objetivo geral.....	13
2.2.2 Objetivos específicos.....	14
<b>3 MILAGRE ECONÔMICO</b> .....	<b>15</b>
3.1 Situação Econômica e Política antes de 1964 .....	15
3.2 General Humberto de Alencar Castelo Branco (1897-1967) .....	17
3.2.1 Programa de Ação Econômica do Governo .....	18
3.3 General Artur da Costa e Silva (1899-1969).....	19
3.4 General Emílio Garrastazu Médici (1905-1985).....	20
3.4.1 I Plano Nacional de Desenvolvimento .....	21
3.5 O Fundo Monetário Internacional .....	22
3.6 O fim do milagre e suas consequências.....	22
3.6.1 Choque do petróleo .....	23
3.6.2 Dívida externa .....	24
<b>4 SINDICALISMO</b> .....	<b>26</b>
4.1 Sindicalismo no Brasil.....	26
4.2 Ditadura militar .....	27
4.2.1 Arrocho salarial .....	30
4.2.2 Greve em Contagem.....	31
4.2.3 Osasco .....	32
4.2.4 Anos de chumbo.....	33
4.2.5 Greves no ABC Paulista.....	34
4.3 Transição democrática e repercussões no movimento sindical .....	36

4.4 Abertura Comercial .....	37
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>40</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>42</b>

## INTRODUÇÃO

Esta investigação se propõe a rever e discutir a visão de autores e pesquisadores do tema do Milagre Econômico Brasileiro. A Proposta é a revisão de literatura, através de textos que tratam do mesmo assunto já consolidados. Os resultados desta investigação serão apresentados nas considerações finais desta monografia.

Durante o período do Milagre Econômico no Brasil, entre os anos de 1968 a 1973, o país vivenciou um notável crescimento econômico, caracterizado pelo alto crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e uma intensa industrialização. Esse tema busca traduzir os impactos desse período econômico na realidade dos trabalhadores.

O chamado milagre econômico brasileiro ocorreu no período linha dura da ditadura militar do país, entre os anos de 1968 até 1973, ocasião que teve como presidentes Artur da Costa e Silva até 1969 e Emílio Garrastazu Médici até o final do milagre, período esse conhecido também como anos de chumbo (Paulino, 2020, p. 2).

O crescimento industrial acelerado impulsionado pelo Milagre Econômico resultou em um aumento expressivo de empregos no setor industrial, concentrando um maior número de trabalhadores em ambientes urbanos e industriais. No entanto, as condições de trabalho nem sempre acompanharam proporcionalmente esse desenvolvimento econômico. Muitos trabalhadores enfrentaram jornadas extensas, remuneração baixa e ambientes laborais precários, refletindo desafios significativos no âmbito das relações trabalhistas (Paulino, 2020).

O período coincidiu com o regime militar - 1964 a 1985. Ao longo de vinte e um (21) anos houve uma repressão notável aos órgãos de imprensa, partidos políticos progressistas e de oposição ao governo, organizações estudantis, movimentos culturais e aos movimentos sindicais e trabalhistas. No caso destas últimas, restrições foram impostas às atividades sindicais, limitando a capacidade dos trabalhadores de organizarem protestos e reivindicarem melhores condições de trabalho. Na vertente política, o governo da época adotou uma postura fortemente repressiva, tendo a censura como grande característica de governo, respondendo com violência às iniciativas de mobilização social para conscientização da população a respeito da restrição aos seus direitos de livre manifestação de opinião.

Segundo Abreu (2000, p. 80):

Os burocratas do Departamento de Censura da Polícia Federal exerciam a tarefa de simultaneamente, zelar pela ‘família brasileira’ e evitar qualquer tipo de contestação política - assumida ou metafórica - que pusesse em xeque o regime militar.

Outro aspecto relevante foi a persistência da desigualdade social, apesar do crescimento econômico e da ocupação total da mão de obra disponível.

Os mais velhos lembram-se muito bem, mas os mais moços podem acreditar: entre 1950 e 1979, a sensação dos brasileiros, ou de grande parte dos brasileiros, era de que faltava dar uns poucos passos para finalmente nos tornarmos uma nação moderna. (Mello e Novais, 2009, p.7).

Muitos trabalhadores não se beneficiaram igualmente do Milagre Econômico, intensificando as demandas por melhores condições de trabalho e destacando as disparidades sociais existentes. Assim, o Milagre Econômico no Brasil, embora tenha impulsionado o desenvolvimento econômico e industrial, apresentou uma relação marcada por desafios, restrições e desigualdades no que tange às condições de trabalho e à atuação do movimento operário (Paulino, 2020).

Na perspectiva de Mello e Novais (2009, p.69),

A “Revolução de 64”, ao banir, pela violência, as forças do igualitarismo e da democracia, produziu ao longo de seus 21 anos de vigência, uma sociedade deformada e plutocrática, isto é regida pelos detentores da riqueza. No final do período de crescimento econômico rápido, em 1980, as relações concretas entre as classes sociais guardavam uma semelhança apenas formal com aquelas observadas em países desenvolvidos. As desigualdades relativas em termos de renda e riqueza eram muito maiores no Brasil. A dinâmica econômica e social se apoiou continuamente, de um lado, na concorrência desregulada entre os trabalhadores, e de outro, na monopolização das oportunidades de vida pelos situados no cimo da sociedade.

Tendo em vista a reflexão, acima, a respeito da desigualdade social e econômica brasileira, será apresentada a seguir o percurso metodológico seguido pela autora para coletar as informações apresentadas nesta Monografia.

## 2 METODOLOGIA

Nesta monografia, os dados foram coletados e analisados por meio da leitura de documentos acadêmicos, tais como artigos científicos, dissertações e teses, além de livros e artigos de jornais. Todo o material investigado atendeu aos critérios estabelecidos pela estratégia metodológica do estudo de caso – análise do movimento sindical, sobretudo o sindicato dos metalúrgicos do grande ABC, permitindo a definição de critérios para a análise, categorização e classificação das informações.

O estudo de caso é estratégia de pesquisa adotada pela autora para estudar os efeitos do período do regime militar brasileiro ao movimento sindical, especialmente no Grande ABC, na categoria dos Metalúrgicos. Envolverá duas fases de pesquisa: a exploratória e a descritiva.

A pesquisa exploratória busca levantar informações sobre o assunto em entrevistas, leituras de artigos, livros e documentos, para viabilizar o entendimento do assunto. A respeito da pesquisa descritiva, Oliveira (2002) indica que o processo ou os processos para obtenção de dados praticamente podem ser os mesmos da pesquisa quantitativa. O estudo descritivo é um processo que possibilita ao pesquisador uma melhor compreensão do comportamento de diversos fatores e elementos que influenciaram ou influenciam um determinado fenômeno. Com essa posição concorda Yin (2005), quando afirma que o estudo exploratório e descritivo permite investigar uma situação específica com profundidade.

### 2.1 Abordagem qualitativa e a pesquisa bibliográfica

A investigação se relaciona com as Ciências Humanas, especificamente nos setores de Economia e Administração, com ênfase na Economia Brasileira. A pesquisa adotou uma metodologia qualitativa “[...] pela descrição, compreensão e interpretação de fatos e fenômenos, em contrapartida à avaliação quantitativa, denominada pesquisa quantitativa, onde predominam mensurações” (Martins; Teófilo, 2007, p. 61). O propósito dessa abordagem é investigar uma unidade social de maneira detalhada.

Trata-se aqui de analisar a mudança contínua, lenta ou a descontínua, através de "saltos". Engels (In: Politzer, 1979:255) afirma que, "em certos graus de mudança quantitativa, produz-se, subitamente, uma conversão qualitativa. [...]"

Dessa forma, a mudança das coisas não pode ser indefinidamente quantitativa: transformando-se, em determinado momento sofrem mudança qualitativa. A quantidade transforma-se em qualidade (Lakatos, 2007, p. 103).

Segundo Vieira (1996, p. 66) “o raciocínio e a argumentação na análise qualitativa são baseados na variedade de técnicas usadas no modo qualitativo.” Ou seja, de acordo com Martins e Theóphilo (2007, p. 61), “[...] caracterizada pela descrição, compreensão e interpretação de fatos e fenômenos.

A investigação visa contribuir com mais argumentos para a compreensão histórica do período do milagre econômico brasileiro, fornecendo uma visão aprofundada e contextualizada que amplie o entendimento dos desafios socioeconômicos da época, apresentando o período do Milagre Econômico (1968 a 1973) e suas peculiaridades, considerando que o período foi marcado pela ocupação de toda capacidade ociosa (pleno emprego) no período da Ditadura Militar e, como seu declínio, com o primeiro choque do Petróleo (1973), influenciou o movimento sindical brasileiro no período de 1968 a 1973.

## **2.2 Justificativa**

A pesquisa se justifica pela ênfase a dados estatísticos econômicos do período – que se caracteriza pelo espaço diminuto ao contraditório, e não a elementos que apontassem para a qualidade de vida da população, sobretudo a de baixa renda, no período objeto deste estudo 1968 a 1973.

### **2.2.1 Objetivo geral**

Apresentar o período do Milagre Econômico (1968 a 1973) e suas peculiaridades, considerando que o período foi marcado pela ocupação de toda capacidade ociosa (pleno emprego) no período da Ditadura Militar e, como seu declínio, com o primeiro choque do Petróleo (1973), que marcou a degradação da situação externa, até então, fundamental para o Brasil manter seu ciclo expansionista, repercutiu no fortalecimento e consolidação do movimento sindical brasileiro.

### **2.2.2 Objetivos específicos**

Traçar um breve histórico sobre o tema Milagre Econômico Brasileiro e apresentar sua importância para a qualidade de vida e direitos trabalhistas.

Investigar com base na leitura de artigos e livros sobre a Economia Brasileira no período 1968 a 1973 e publicados no período de 2018 a 2023, as condições de vida e direitos trabalhistas da população no período 1968 e 1973, cotejá-las criticamente com os dados estatísticos divulgados na literatura recente.

Caracterizar o movimento sindical brasileiro, dos anos 60 e até o início dos anos 90.

### **3 MILAGRE ECONÔMICO**

Entre 1968 e 1973, o Brasil vivenciou um extraordinário crescimento econômico, alcunhado como “milagre econômico”. Esse fenômeno econômico foi instigado por diversos fatores, tanto internos como externos, que resultaram em uma expansão acelerada da economia brasileira. O “milagre” é compreendido como resultado de uma combinação de situações externas favoráveis, do desempenho das variáveis de política econômica nesse período e dos programas econômicos, que estavam sendo implementados em governos anteriores (Veloso; Villela; Giambiagi, 2008).

#### **3.1 Situação Econômica e Política antes de 1964**

No governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960) se consolidou um novo projeto de nacionalismo no Brasil. O projeto buscava validar-se através do conceito de desenvolvimentismo, que, efetivamente, exprimia a inclusão do capital estrangeiro como principal fator no desenvolvimento nacional (Prestes, 2019).

Em 1962, quando se sucedeu uma crise severa na economia brasileira, as multinacionais, junto com os grandes grupos empresariais monopolistas existentes, já associados ao Estado, se solidificaram no país. Nesse cenário, o capital financeiro internacional, com a incorporação de grupos financeiros nacionais dependentes, já exercia predominante influência na economia. Apesar da forte influência, ainda não detinham o total controle das decisões políticas da nação (Prestes, 2019).

A crise econômica, com sua espiral inflacionária e o agravamento das condições de vida para muitos brasileiros, resultou na intensificação das lutas de diversos setores populares. Em especial, houve uma crescente mobilização das esquerdas e das forças progressistas no país, que passaram a defender com vigor as chamadas Reformas de Base. Constituíam essas reformas um conjunto de mudanças que possibilitariam transformações na economia e na sociedade. Essas medidas tinham o objetivo de atingir os interesses do capital financeiro internacional, e das classes dominantes a ele associadas. A resistência a essas reformas era significativa, tanto no Congresso Nacional, quanto internamente no governo de João Goulart, que havia assumido o poder

em setembro de 1961. Apesar da pressão, esses setores não dispunham do controle absoluto do poder político necessário para assegurar seus interesses (Prestes, 2019).

O período de governo de Jânio Quadros e João Goulart foi destacado pela intensificação do conflito de classes e pela crescente oposição entre os interesses dos grupos dominantes associadas ao capital estrangeiro, e as massas trabalhadoras. Em 23 de janeiro de 1964, ocorreu um evento crucial nesse processo. O presidente João Goulart assinou o decreto que regulamentava a lei sobre a remessa de lucros das empresas estrangeiras para o exterior. Tal decreto afetava diretamente os interesses estadunidenses no Brasil. O embaixador dos EUA, Lincoln Gordon, buscou a todo custo evitar a implementação da lei, que já havia sido aprovada pelo Congresso e aguardava regulamentação pelo presidente. Com a assinatura de João Goulart, o país avançava significativamente em direção à realização das Reformas de Base. Contudo, essa ação intensificou ainda mais o clima de tensão no território brasileiro (Prestes, 2019).

Ainda que não houvesse uma organização popular ou forças políticas capacitadas para uma revolução no Brasil, os agentes civis e militares a serviço dos interesses do capital estrangeiro se prepararam para o golpe que depôs João Goulart em 1º de abril de 1964. A operação teve o apoio dos Estados Unidos, setores empresariais nacionais, políticos aliados e militares influenciados pela Doutrina de Segurança Nacional. Por intermédio de uma intensa campanha de desestabilização, envolvendo também a ala conservadora da Igreja Católica e entidades como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), o governo Goulart foi desafiado (Prestes, 2019).

Houve uma conjunção de esforços do governo estadunidense, empenhado na defesa dos grupos financeiros internacionais, de setores empresariais nacionais a eles associados, de políticos comprometidos com esses interesses e de importantes setores militares formados de acordo com os ditames da chamada Doutrina de Segurança Nacional, trazida para as Forças Armadas do país com o término da Segunda Guerra Mundial, cujo principal foco de difusão se concentraria na Escola Superior de Guerra. Através dos meios de comunicação ligados aos interesses desses setores, foi desencadeada poderosa campanha de desestabilização do governo Goulart [...] (Prestes, 2019, p.8).

No contexto da crise e das tensões de classe, o país deparou-se com a escolha entre prosseguir com as Reformas de Base ou aceitar o golpe que instauraria um regime de exceção. O sucesso do golpe militar permitiu a implementação das políticas econômicas defendidas pelos ministros Roberto Campos e Delfim Neto, com repressão a movimentos populares e sindicatos (Prestes, 2019).

### **3.2 General Humberto de Alencar Castelo Branco (1897-1967)**

Ao tempo que o país enfrentava os desafios da instauração de uma ditadura militar, o âmbito econômico do governo contemplava êxitos. Durante o governo de general Castelo Branco (1964-1967), Roberto Campos (Ministro do Planejamento e Orçamento) e Octávio Gôuvea de Bulhões (Ministro da Fazenda) obtiveram sucesso em equilibrar as finanças nacionais mediante uma curta recessão no país. Na esfera econômica, o grupo castelista ambicionava uma reforma no sistema econômico capitalista. Para atingir tal propósito, seria necessário superar a desordenada situação financeira do país (Fausto, 1994).

O grupo castelista tinha, no plano político, o objetivo de instituir uma “democracia restringida” depois de realizar as cirurgias previstas no AI-1; no plano da economia, visava reformar o sistema econômico capitalista, modernizando-o como um fim em si mesmo e como forma de conter a ameaça comunista. (Fausto, 1994, p.470).

Em função de seu objetivo, foi lançado o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG). Sob a supervisão de Roberto Campos e Octávio Gouvea de Bulhões, o PAEG atuou na diminuição do déficit do setor público, na redução do crédito privado e contração dos salários. Buscou gerenciar as despesas Estatais, ao apresentar uma proposta legislativa que impunha a obrigatoriedade de autorização federal para que os Estados pudessem se endividar. O controle das finanças públicas veio através da recuperação financeira de empresas públicas, cortes de subsídios e aumento de impostos. A contração salarial foi assistida por medidas que visavam o impedimento de greves, e a lei de greve, aprovada em 1964, tornaram praticamente inviável a execução de paralisações legais, impondo requisitos burocráticos. Em contrapartida, o Governo encerrou a estabilidade de emprego após dez anos de serviço – direito trabalhista assegurado pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Em 1966, foi instituído o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), em permuta pelo direito trabalhista perdido. A adesão ao fundo foi benéfica aos empregadores, pois possibilitou maior rotação na contratação de mão-de-obra. Os ministros romperam com os ideais protecionistas da economia, e iniciariam uma campanha incentivando a exportação e

exploração dos recursos naturais do país, e estimularam a venda de produtos manufaturados (Fausto, 1994).

### **3.2.1 Programa de Ação Econômica do Governo**

O PAEG (Programa de Ação Econômica do Governo) foi o primeiro plano econômico, executado pelo novo governo militar. Sua implementação desconsiderou a opinião popular, que estavam sob um regime ditatorial. O plano permitiu a adoção de medidas impopulares, como o arrocho salarial (Kerecki; Santos, 2009).

O governo concentrou sua atenção em cinco tópicos na resolução do plano, os quais eram:

- Estabilização de Preços: Enfrentar a inflação alta, que em 1964 chegou perto de 100% a.a;
- Aumento de Investimentos Diretos: Com o Estado como patrocinador, por meio de empresas públicas e obras diretas;
- Reformas Bancárias e Tributárias: Implementar mudanças no sistema financeiro e fiscal;
- Redução do Déficit da Balança de Pagamentos: Equilibrar as contas externas;
- Diminuição dos Desequilíbrios Regionais: Corrigir desigualdades econômicas entre diferentes regiões.

A política do plano se concentrava no controle da inflação por meio de uma política monetária restritiva e redução do déficit público. Sendo assim, o controle da inflação também ocorreria por meio da diminuição da emissão do papel moeda, considerando que a alta da inflação era devido a excesso de demanda. Nesse período, foram realizadas reformas, como a criação do Banco Central, do Conselho Monetário Nacional, do BNH (Banco Nacional de Habitação) e do Sistema Financeiro de Habitação. A criação do BNH e do Sistema Financeiro de Habitação se contrariam em atender os problemas de moradia da população, e conseqüentemente contribuiriam para a geração de empregos. Ademais, também se fazia necessário aumentar a arrecadação, que foi feita através de uma reforma tributária, sendo criado o PASEP, PIS e FGTS. A

contribuição do FGTS se tornou uma poupança compulsiva para investimento direto no setor da construção civil. Outro importante avanço no custeio das despesas públicas foi o lançamento das LTNs (Letras do Tesouro Nacional) e das ORTN (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional) na década de 1970. Esses títulos, com rendimentos pré-fixados, foram criados para financiar as despesas do Tesouro Nacional (Kerecki; Santos, 2009).

Em 1964, a inflação acelerou e o déficit da balança de pagamento cresceu, se tornando prioridade na política econômica para o governo a estabilização da inflação. O governo adotou medidas para reduzir a demanda agregada, aumentou os juros, achatou salários e fez desvalorizações cambiais progressivas. No geral, o PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo) foi um plano eficaz. No âmbito econômico, atingiu a meta de controlar a inflação, que era uma grande preocupação do período, especialmente entre 1964 e 1967. A estabilidade dos preços, juntamente com a reforma financeira, criou as condições necessárias para que a economia voltasse a crescer a partir de 1968 (Kerecki; Santos, 2009).

### **3.3 General Artur da Costa e Silva (1899 – 1969)**

Em 1967, o general Artur da Costa e Silva (1967-1969) foi eleito indiretamente a presidência do país, e indicou o economista Antônio Delfim Netto para o cargo de Ministro da Fazenda. Delfim Netto estimulou o desenvolvimento econômico, por meio da expansão de crédito, e implementou o controle de preços, como medida para contenção da inflação, que ainda em 1968, vinda de um cenário de alta, começou a decair, dando um alívio à economia brasileira. O setor industrial apresentou uma forte recuperação, assim como o setor da construção civil, que foi estimulado por meio de subsídios providos do Banco Nacional de Habitação (BNH). Segundo Fausto (1994, p. 482) “em 1968 e 1969, “o país cresceu em ritmo impressionante, registrando a variação respectivamente de 11,2% e 10,0% do PIB, o que corresponde a 8,1% e 6,8% do cálculo *per capita*. Começava assim o período chamado ‘milagre econômico’.”

Por razões de saúde, em agosto de 1969, o general Costa e Silva foi retirado de suas funções, e o país passou a ser governado temporariamente pelos ministros Lira Tavares, do Exército, Augusto Rademaker, da Marinha, e Márcio de Sousa e Melo, da Aeronáutica. Os ministros em poder intensificaram as medidas de repressão á

população, além da tortura, em resposta aos atos violentos de oposição da esquerda radical. A instauração do AI-13 originou a pena de banimento para todo cidadão brasileiro que se tornasse “uma ameaça á segurança nacional”, e o AI-14 implementou á pena de morte para os casos extremos de revolução, intitulados de “guerra externa”. Com o país lançado em um período politicamente sombrio, o campo econômico prosperava, colhendo bons resultados dos planos implementados (Fausto, 1994).

### **3.4 General Emílio Garrastazu Médici (1905 -1985)**

Sem perspectivas de melhoras do general Costa e Silva, foram organizadas eleições no Congresso Nacional, e em outubro de 1969 foi eleito presidente o general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). O governo Médici foi dividido em três esferas de administração: militar, econômica e política. Orlando Geisel, ministro do Exército, ficou responsável pela área militar. Delfim Netto continuou no comando da economia, como Ministro da Fazenda. A área política ficou sob a coordenação do Chefe da Casa Civil, o professor de direito Leitão de Abreu. Nessa configuração de governo, o país presenciou o período mais repressivo da história brasileira. A oposição legal atingiu seu menor nível durante o governo Médici, em razão do propício cenário econômico, e da intensa repressão. As ações dos grupos radicais de esquerda diminuíram significativamente até desaparecerem quase por completo, atestando o sucesso da repressão governamental. Segundo Fausto (1994, pg. 483) “a esquerda radical equivocara-se completamente, pensando poder criar no Brasil um novo Vietnã.”

Estrategicamente, o governo redirecionou a forte repressão ao grupo social minoritário que insistia em se rebelar, e para o majoritário grupo social não simpatizante aos radicais, o governo intensificou a produção de propaganda, para controle da opinião pública. Para tal feito, nesse período o país passou por intenso incentivo ao desenvolvimento do setor de telecomunicações. Estimulada pelo governo, a TV Globo se desenvolveu até se tornar a líder de telecomunicações no país, controlando o setor. Bombardeados por propaganda, e presenciando a favorável situação econômica, a população acreditava piamente em um futuro próspero para o país. Segundo Fausto (1994, p. 485) “foi a época em que muitos brasileiros idosos da classe média lamentavam não ter condições biológicas para viver até o novo milênio, quando o Brasil se equiparia com o Japão.”

No governo Médici, a política econômica do ministro Delfim Netto incentivou o mercado doméstico, através da expansão de crédito ao setor privado, mantendo a mesma base de crescimento do Plano de Metas, do ex-presidente Juscelino Kubitschek (1956-1960), repetindo o efeito desenvolvimentista da era JK. Em consequência do processo, o comércio exterior apresentou um expressivo aumento, e no período de 1968 a 1973, o crescimento médio do PIB atingiu 11,2% ao ano, seu pico histórico (Gentili, 2004).

A equipe econômica organizadora do “milagre” foi favorecida também pela economia mundial notabilizada de vasta disponibilidade de recursos. Países mais desenvolvidos valeram-se das novas oportunidades para adquirir empréstimos estrangeiros. Justamente dos empréstimos, o Brasil teve significativo aumento de investimento de capital estrangeiro. O setor automobilístico foi um dos setores mais beneficiados do intenso investimento de capital estrangeiro, liderando o crescimento industrial nacional. O governo concedeu incentivos ao setor, ampliando linhas de crédito ao consumidor e desburocratizando a operação de produzir carros no país, que atraíram grandes montadoras estrangeiras, como a General Motors e Ford (Fausto, 1994).

O governo também investiu no comércio exterior. Para amparar o crescimento econômico, foi necessário estimular a importação de determinados bens. As exportações foram incentivadas através de concessões de créditos especiais, isenções e reduções de tributos. A equipe econômica se concentrava na diversificação, na tentativa de tornar o país mais independente economicamente. Além disso, é importante destacar o aumento na capacidade de captação de recursos através de tributos, devido ao aumento de impostos, que auxiliou a redução do déficit público e diminuição da inflação. Segundo Fausto (1994, pg. 486) “a política de Delfim se destinava a promover o que se chamou de desenvolvimento capitalista associado. Seria engano pensar que essa política aplicava uma receita liberal, deixando à “mão invisível do mercado” a tarefa de desenvolvimento. Pelo contrário, o Estado intervinha em uma extensa área, indexando salários, concedendo créditos, isenções de tributos aos exportadores e etc. Muitos setores da grande indústria, dos serviços e da agricultura que gritam contra os gastos e a intromissão do Estado na economia beneficiaram-se largamente da ação do Estado naqueles anos.”

### **3.4.1 I Plano Nacional de Desenvolvimento**

O I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), instituído em 1971, foi elaborado sob a orientação do Ministro João Paulo Reis Velloso e focava em grandes projetos de integração nacional, autonomia energética e investimentos em setores estratégicos como transporte, telecomunicações, ciência e tecnologia. O plano, considerado uma "extensão" das metas do governo, tinha como objetivo transformar o Brasil em uma nação desenvolvida, com metas de crescimento do PIB entre 8% e 10% ao ano. Ele também enfatizava a segurança nacional, refletindo o contexto autoritário da época. Obras importantes, como a Ponte Rio-Niterói e a barragem de Itaipu, foram planejadas sob o I PND. O crescimento econômico foi atingido, com o PIB registrando altas de 11,3% (1971), 12,1% (1972) e 14,0% (1973), mas o choque do petróleo em 1973 interrompeu esse ciclo, levando à criação do II PND no governo de Ernesto Geisel (Machado; Pineda, 2023).

### **3.5 O Fundo Monetário Internacional**

O FMI (Fundo Monetário Internacional) criticou a fórmula do milagre econômico por viabilizar conviver com a inflação no presente, sem ter uma resolução definida para o futuro. O plano do milagre manifestava grande necessidade do comércio internacional e sistema financeiro, uma dependência cada vez maior de produtos importados. Analisando socialmente o milagre econômico brasileiro, os números positivos do PIB não se traduzem em distribuição de renda *per capita* justa entre a população. Durante o milagre econômico, o governo abandonou a execução de programas sociais. Delfim Netto propunha a política do “fazer crescer o bolo, e só depois pensar em distribuí-lo”, e com isso, fez perdurar a desproporção do desenvolvimento econômico, aumentando a desigualdade social, e contribuindo para o declínio da qualidade de vida da massa operária. O Brasil foi notado internacionalmente pelos baixos índices de educação, saúde e habitação (Fausto, 1994).

### **3.6 O fim do Milagre Econômico e suas consequências**

A economia brasileira, que havia experienciado um acelerado crescimento de 1968 e 1973, jamais visto antes, defrontou-se com problemas, pois seu crescimento

havia sido estimulado pelo aumento da dívida externa, em um cenário de desaceleração do comércio global. Além disso, o Brasil era o terceiro maior importador de petróleo, atrás somente das potências Estados Unidos e Japão, o que agravou sua situação com a crise energética mundial. Segundo Lima (2011, p. 4) “[...] o País não teve capacidade de restringir suas importações quando sua capacidade de importar sofreu uma queda, sendo obrigado a recorrer ao endividamento externo ou ao uso de reservas cambiais.”

A crise de 1973 forçou o Brasil a redefinir sua política econômica e planejamento. Embora o país perdesse o brio de crescimento dos anos do "milagre econômico", o governo passou a focar em ser manter um crescimento razoável, apesar das condições desfavoráveis. Países subdesenvolvidos que não exportavam petróleo foram impactados em 1973 não somente pela alta dos preços do petróleo, como também pelo aumento das taxas de juros resultante da quebra dos acordos de Bretton Woods (Carneiro, 2002).

### **3.6.1 Choque do petróleo**

O primeiro choque do petróleo se deu em outubro de 1973, impulsionado por questões políticas e ideológicas. Os membros da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), em um acordo conjunto, decidiram reduzir as exportações de petróleo para os países que apoiavam Israel na guerra de Yom Kippur contra o Egito. Entre os países apoiadores estavam os Estados Unidos e seus aliados na Europa Ocidental. Como resultado da crise, as grandes empresas petrolíferas viram seus lucros dispararem em 159% naquele ano, já que eram as únicas capazes de fazer grandes ofertas no mercado (Teixeira, 2015).

Os países em desenvolvimento, como o Brasil, foram pegos de surpresa pela alta dos preços do petróleo e sofreram com isso. No entanto, eles se beneficiaram do aumento na oferta de crédito, uma vez que as taxas de juros reais para empréstimos estavam muito baixas, e às vezes até negativas (Teixeira, 2015).

Em 1973, a economia brasileira estava em um bom cenário, seu crescimento real atingindo quase 14%, o que exigia aumento nas importações de matérias-primas para evitar pontos de estrangulamento e controlar a inflação. No entanto, com o choque

petróleo, o aumento dos preços do barril transformou o superávit da balança comercial em um déficit nos anos seguintes (Velloso, 1986).

[...] a combinação de uma rápida expansão da dívida externa e de um forte crescimento do Produto Interno Bruto, que se observou entre 1967 e 1973, não caracterizou, necessariamente, um caso de crescimento liderado por dívida externa. De fato, a análise da natureza indica realmente que tal aumento ‘teve relativamente pouco a ver com o financiamento do crescimento’ naquele período. (Lago, 1989, p. 232).

O declínio incorreu sob a influência de dois fatores: uma diminuição nas exportações devido à recessão nos países desenvolvidos, e o aumento das importações, já que o Brasil importava mais de 80% do petróleo que consumia, desequilibrando a balança comercial (Habert, 1996).

O choque do petróleo foi decisivo para o fim do milagre econômico brasileiro. A partir de março de 1974, começaram a surgir sinais de que a crise estava se aproximando do fim. No entanto, seus efeitos continuaram a ser sentidos durante toda a década de 70. No ano seguinte, o preço da energia ainda aumentou, em meio ao enfraquecimento do dólar no mercado global, o que contribuiu para a elevação da inflação nos Estados Unidos. A crise de 1973 marcou o fim da abundância de petróleo e trouxe a consciência de que o petróleo era um recurso finito, cuja escassez seria uma questão de tempo (Kucinski, 1982).

### **3.6.2 Dívida externa**

O setor financeiro figurou os principais impactos da crise internacional do petróleo de 1973. Se recusando a aceitar a crise de recessão iminente no país, o então presidente, General Geisel, determinou que o crescimento nacional seria por meio do endividamento externo. Com o aumento da oferta de crédito, o Brasil passou a obter mais empréstimos no exterior e viu a sua dívida externa saltar (Baer, 2002).

Fundamentais ao chamado “modelo” como um todo, os empréstimos externos continuavam sendo feitos. Não só. Com a crise, o mercado financeiro internacional aumentou os juros dos empréstimos, elevando vertiginosamente o montante da dívida a ser paga. (Habert, 1996, p. 42).

Na época, entre os países em desenvolvimento, o Brasil foi o que menos desacelerou o seu ritmo de crescimento, se comparado aos países Latino Americanos e as potências emergentes da Ásia Oriental (Velloso, 1986).

## 4 SINDICALISMO

O movimento operário, entendido como um movimento social de classe, indica uma conexão histórica entre ações reivindicativas e objetivos políticos de longo prazo. Desde o início, o sindicalismo se caracterizou por sua diversidade de abordagens, buscando conciliar a luta por melhores salários e condições de trabalho com uma missão de apoio as classes desfavorecidas. A influência da doutrina marxista, especialmente através das Internacionais Operárias, fomentou uma identidade coletiva entre os trabalhadores, impulsionando a aspiração por uma sociedade livre de injustiças. No entanto, a idealização do proletariado como uma entidade unificada revela-se uma simplificação. A classe operária, como observada na Inglaterra do século XIX, era, na verdade, um conjunto fragmentado de comunidades com interesses variados. Assim, as lutas coletivas nem sempre refletiram a construção de um proletariado homogêneo (Estanque, 2009).

[...] a classe operária não surgiu, como por vezes se pensa, animada fundamentalmente por objetivos progressistas, revolucionários ou emancipatórios, mas, em boa medida, a partir de lutas desencadeadas em nome da defesa da comunidade e muitas vezes contra a inovação técnica, [...] (Estanque, p. 56, 2009).

Além disso, o sindicalismo não se limita a uma única lógica de performance. Enquanto alguns teóricos enfatizam um modelo de ênfase econômico e funcional, que prioriza o pensamento empresarial, outras correntes defendem uma visão do sindicalismo como um movimento social. Essa perspectiva valoriza a defesa da democracia direta, o empoderamento dos trabalhadores e a conscientização sobre questões sociais. Esse tipo de sindicalismo contempla afirmações de identidades coletivas, a tensão pela defesa de interesses específicos da classe e lutas contra opressões, e a organização dos trabalhadores. Contudo, essa diversidade de objetivos nos sindicatos é afetada por forças partidárias, pressões institucionais e as dinâmicas locais, tornando o entendimento do sindicalismo ainda mais complexo (Estanque, 2009).

### 4.1 Sindicalismo no Brasil

No Brasil, o sindicalismo se fortaleceu na política e sociedade a partir das greves de 1978 e 1979, que resultaram em uma significativa transformação da relação entre sindicatos e Estado. O processo de democratização do sindicalismo superou as conquistas do movimento sindical do período de 1945 a 1964. A interrupção pelo regime militar impulsionou lutas por melhorias salariais e condições laborais adequadas. Durante os anos 80, o movimento sindical no Brasil divergiu a tendência de declínio observada em outras partes do mundo, como na Europa e nos Estados Unidos, devido a uma forte sede de associatividade após um longo período de ditadura e ao desejo de afirmar direitos em um ambiente de trabalho autoritário (Lopes, 2009).

Tal impulso se deve em grande parte à luta por reivindicações específicas –no contexto de baixos salários e más condições de trabalho– embora tais reivindicações se situassem no quadro mais geral de luta pelas liberdades de associação, pela afirmação de uma identidade de trabalhador, por direitos sociais e de cidadania. (Lopes, p. 3, 2009).

A estrutura sindical que havia sido moldada durante os regimes autoritários nas décadas de 30 e 40 resistiu, mas começou a se desestabilizar com a nova Constituição de 1988, em parte impulsionada pelo movimento iniciado em 1978. Este novo sindicalismo incluiu não apenas trabalhadores de setores industrializados, como metalúrgicos e bancários, mas também um expressivo crescimento do sindicalismo rural, que buscava legalização e defesa de direitos. Além disso, os funcionários públicos também conquistaram o direito à sindicalização, um avanço consolidado na Constituição de 1988. Dessa forma, o sindicalismo brasileiro se reconfigurou, ampliando sua base e sua capacidade de reivindicação em um contexto democrático (Lopes, 2009).

[...] certos princípios do corporativismo estatal da estrutura sindical datando dos anos 30 estariam ainda vigentes como o imposto sindical e a unicidade sindical. Somente o poder de intervenção do Ministério do Trabalho sobre os sindicatos foi abolida pela Constituição de 1988. Seria assim necessário abolir tais constrangimentos e limitações corporativistas através de novas leis, indo contra a inércia sindical. No entanto, olhando-se de forma mais cuidadosa as transformações dos últimos anos, pode-se verificar que tais limitações foram erodidas pela ação do sindicalismo ele próprio (Lopes, p. 3, 2009).

## **4.2 Ditadura militar**

Os anos de 1950 representam um período crucial para os trabalhadores brasileiros, caracterizado por um significativo avanço no movimento sindical, impulsionado pela aliança entre militantes comunistas e trabalhistas. Essa mobilização resultou em uma forte participação dos trabalhadores na sociedade e na política nacional. Contudo, o golpe civil-militar de 1964 desmantelou essa estrutura organizacional, levando à prisão de lideranças e à perseguição de militantes, que devastaram as atividades sindicais e dificultaram a recomposição do movimento operário (Santana, 2008).

Após o golpe civil-militar de 1964, o governo de Castelo Branco implementou uma série de intervenções que impactaram profundamente a vida sindical no Brasil, especialmente entre os sindicatos progressistas. O regime não apenas desmantelou as entidades sindicais, mas também estabeleceu um controle de longo prazo sobre o movimento, modificando a legislação trabalhista para restringir as ações sindicais. As novas regras exigiam que os candidatos a cargos sindicais fossem avaliados pelo Ministério do Trabalho e pela polícia política, enquanto o acesso aos recursos previdenciários passou a ser centralizado no Instituto Nacional da Previdência Social (INPS), retirando a influência dos trabalhadores (Santana, 2008).

Além disso, o governo promulgou a proibição de greves políticas e de solidariedade, limitando as mobilizações à luta por salários atrasados. A criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) incentivou a rotatividade de mão de obra, dificultando a organização sindical nos locais de trabalho. Para conter a inflação, foi implementada uma política de "arrocho salarial", que culminou em um decreto rigoroso em 1966, controlando ainda mais os aumentos salariais (Santana, 2008).

Essas medidas transformaram o Estado no centro dos conflitos trabalhistas, anteriormente focados no patronato. O governo, ao controlar os sindicatos e suas lideranças, buscou não apenas limitar sua influência, mas também moldá-los a um novo papel na construção da coesão social. A expansão do sistema corporativo atingiu a área rural, onde as Ligas Camponesas foram fechadas e sindicatos sob controle governamental foram criados (Santana, 2008).

Assim, os sindicatos passaram a ser vistos pelos trabalhadores não como aliados, mas como obstáculos, uma vez que o Estado se distanciou de uma postura de proximidade e negociação, reforçando uma lógica de controle e assistencialismo. Essa

reconfiguração do papel dos sindicatos e a centralização das definições salariais pelo Estado marcaram os embates futuros do movimento sindical brasileiro (Santana, 2008).

De fato, o governo interveio em 67% das confederações, em 42% das federações e em apenas 19% dos sindicatos. Organizações sindicais de bancários e trabalhadores em transportes figuraram de modo proeminente nas greves políticas, entre 1960 e 1964, e foram atingidas com maior intensidade, proporcionalmente, que os outros setores. E significativamente, os grandes sindicatos sofreram mais que os pequenos: o Ministério interveio em 70% dos sindicatos com mais de 5.000 membros; em 38% dos com 1.000 a 5.000 membros; e em apenas 19% daqueles com menos de 1.000 membros. O governo militar simplesmente decapitou o movimento trabalhista radical. (Erickson, 1979, p. 209).

Após o golpe civil-militar de 1964, os operários enfrentaram a política de "arrocho salarial" e o controle sindical imposto pela ditadura. Essa reestruturação da vida sindical visava dismantlar as organizações que poderiam servir de base para um movimento sindical combativo. O governo, através do ministro do Trabalho, Arnaldo Sussekind, introduziu a portaria de Nº 40, que restringia o acesso às direções sindicais a indivíduos aprovados pelo governo, deslegitimando as direções depostas pelo golpe e dificultando a organização de chapas independentes (Santana, 2008).

Tratou-se de uma política salarial dirigida abertamente contra a massa da classe trabalhadora, em especial a classe operária, sobre a qual se descarregou o custo decisivo da 'estabilização econômica': com o *arrocho*, garantiu a superexploração dos trabalhadores para a multiplicação dos lucros capitalistas. (Netto, 2014, p. 92).

Nesse contexto, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) tentou mobilizar militantes para participar ativamente das eleições sindicais e impedir que os sindicatos se tornassem instrumentos do regime militar. O PCB via a reocupação dos sindicatos como fundamental para revitalizar o movimento operário e, por isso, promoveu a organização dos trabalhadores em torno de suas reivindicações econômicas e sociais (Santana, 2008).

O partido conchama os militantes a participar de forma organizada das eleições sindicais, de reuniões, convenções e congressos, impedindo, juntamente com outras forças, a colaboração com a ditadura. Eles deveriam atuar nas entidades sindicais, mas tendo como centro a atividade nos locais de trabalho, levantando com ações unitárias a luta pelas reivindicações econômicas, políticas e sociais dos trabalhadores. (Santana, 2008, p. 284).

Entretanto, o PCB também se viu em confronto com setores conservadores do movimento sindical, que apoiavam as políticas do regime. A direção da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) se opôs à revisão do salário mínimo, e o PCB mobilizou seus militantes para "desmascarar" esses "traidores" da classe trabalhadora, denunciando as pressões do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e do Serviço Nacional de Informação (SNI) sobre dirigentes sindicais combativos (Santana, 2008).

Além disso, o PCB alertou sobre as tentativas de aliciamento promovidas por entidades sindicais internacionais ligadas ao sindicalismo americano, que ofereciam incentivos a dirigentes em troca de alinhamento com o regime anticomunista. O objetivo dessas ações era esvaziar as entidades sindicais, transformando-as em meros órgãos assistenciais, em vez de veículos de luta pelos direitos dos trabalhadores (Santana, 2008).

No pós-1964, a esquerda se fragmentou, refletindo-se no campo sindical. Enquanto o PCB buscava conformar uma frente democrática contra a ditadura, setores mais radicais se voltaram para a luta armada. Mesmo sem manter laços estreitos com o sindicalismo oficial, esses grupos desenvolveram trabalho dentro das empresas e nas Oposições Sindicais, promovendo greves impactantes e desafiando as orientações dos sindicatos tradicionais (Santana, 2008).

As divergências nas lutas contra o "arrocho salarial" e a repressão militar evidenciaram a tensão entre as diferentes correntes do movimento operário. Embora muitas ações tenham ocorrido isoladamente e enfrentado a repressão, houve tentativas de mobilização coletiva, como encontros intersindicais e abaixo-assinados, visando mudanças nas políticas salariais. Essa dinâmica marcaria profundamente a luta dos trabalhadores durante o período militar, refletindo a complexidade das interações entre sindicatos, partidos políticos e o Estado (Santana, 2008).

#### **4.2.1 Arrocho salarial**

Nesse contexto de luta contra o "arrocho salarial" – política salarial que não repõe as perdas provocadas pela inflação, surgiram iniciativas intersindicais

significativas, como a Frente Intersindical Antiarrocho no Rio de Janeiro, o Comitê Intersindical Antiarrocho em Minas Gerais e o Movimento Intersindical Antiarrocho (MIA) em São Paulo. Embora de forma limitada, essas iniciativas representaram algumas das tentativas mais importantes de organização coletiva dos trabalhadores durante a ditadura. Elas foram impulsionadas pela Campanha Nacional de Proteção Contra a Política de Arrocho Salarial, que teve seu início no II Encontro Nacional de Dirigentes Sindicais em 1967, realizado sob intensa repressão e sem o apoio das direções conservadoras da CNTI e da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC) (Santana, 2008).

O MIA se destacou como um símbolo das tensões internas no movimento sindical. A adesão de líderes a essa iniciativa foi influenciada por declarações do coronel Jarbas Passarinho, Ministro do Trabalho do governo Costa e Silva, que se manifestou contra as leis de compressão salarial e falou em "renovação sindical". Essa perspectiva atraiu setores mais conservadores, que viam a possibilidade de uma certa tolerância estatal em um contexto político volátil (Santana, 2008).

Entretanto, os "pelegos" — líderes sindicais mais alinhados ao regime — trabalharam para minimizar o impacto do MIA, temendo a radicalização das ações e a perda de suas posições na estrutura sindical. A vigilância policial constante também dificultava a atuação da entidade, enquanto a desconfiança entre os diferentes grupos que compunham a frente intersindical limitava sua eficácia. Além disso, a falta de aproximação com as confederações e federações mais influentes restringiu o alcance das iniciativas. A pressão do movimento estudantil, que buscava convocar os trabalhadores para uma luta aberta contra a ditadura, adicionou outra camada de complexidade às dinâmicas intersindicais (Santana, 2008).

Assim, apesar da mobilização significativa e da solidariedade entre os trabalhadores, a combinação de repressão estatal e pressões patronais resultou no recuo das ações grevistas. A dinâmica desse período evidenciou as tensões entre a luta por direitos trabalhistas e a opressão do regime militar, que buscava controlar e silenciar qualquer forma de contestação (Santana, 2008).

#### **4.2.2 Greve em Contagem**

O ano de 1968 foi um período crucial para o movimento sindical brasileiro, marcado por intensas mobilizações e greves. Um dos eventos mais significativos ocorreu em 16 de abril, quando operários da siderúrgica Belgo-Mineira, em Contagem, Minas Gerais, paralisaram suas atividades em resposta a demissões, falências e atrasos salariais. Eles exigiam um reajuste salarial superior ao teto de 17% estabelecido pelo governo (Santana, 2008).

Neste contexto, grupos de esquerda, como a Ação Popular (AP), a Corrente Revolucionária e o Comando de Libertação Nacional (Colina), desempenharam um papel fundamental. Embora uma chapa ligada a esses grupos tivesse vencido as eleições sindicais em 1967, várias lideranças, incluindo o ex-presidente do sindicato Enio Seabra, foram vetadas pelo Ministério do Trabalho. Mesmo assim, essas organizações continuaram a influenciar o sindicato, realizando um trabalho de agitação nas fábricas de forma discreta (Santana, 2008).

A oposição interna ao regime militar se consolidou ao longo do tempo, buscando organizar os trabalhadores nas empresas por meio de "comissões de cinco", formadas após os dissídios de 1967. Essa nova estrutura organizativa buscava dar mais coesão ao movimento. A greve na Belgo-Mineira, que começou com 1.200 operários, rapidamente se expandiu, atraindo adesões de trabalhadores de outras fábricas, totalizando mais de 15 mil participantes (Santana, 2008).

A resposta do governo foi rápida. O ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, que se opôs à "agitação" da greve, deslocou-se para Contagem para negociar. Sua proposta incluía um abono salarial de 10%, que, apesar de controversa, levou ao fim da greve. Contudo, a aceitação dessa proposta não foi unânime. A repressão policial se intensificou, com proibições de reuniões sindicais e prisões de grevistas, criando um ambiente de medo e repressão que desmobilizou o movimento (Santana, 2008).

Assim, apesar da mobilização significativa e da solidariedade entre os trabalhadores, a combinação de repressão estatal e pressões patronais resultou no recuo das ações grevistas. A dinâmica desse período evidenciou as tensões entre a luta por direitos trabalhistas e a opressão do regime militar, que buscava controlar e silenciar qualquer forma de contestação (Santana, 2008).

#### **4.2.3 Osasco**

As comemorações do 1º de maio de 1968 em São Paulo foram um marco significativo no movimento sindical brasileiro, evidenciando a tensão entre setores mais radicalizados e aqueles que buscavam uma atuação mais institucional. O Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, sob a liderança de José Ibrahim, se destacou nesse contexto. A oposição sindical, que havia emergido em 1967, tinha raízes na Frente Nacional do Trabalho (FNT), formada por operários-cristãos insatisfeitos com a direção comunista do sindicato (Santana, 2008).

A FNT buscava uma ação mais voltada para a base e criticava a falta de engajamento do sindicato nas lutas operárias. Após o golpe de 1964, os militantes da FNT conseguiram conquistar a criação de comissões de fábrica reconhecidas, mas enfrentaram dificuldades em suas ações, com a direção do sindicato muitas vezes se envolvendo em negociações com a patronal que limitavam a luta operária (Santana, 2008).

No 1º de maio de 1968, o MIA defendia um evento com figuras públicas, enquanto o grupo de Osasco queria que apenas trabalhadores participassem, evitando qualquer associação com o governo. A divergência culminou em um "assalto" ao evento oficial, resultando em uma manifestação que levou à expulsão do governador e ao incêndio do palanque (Santana, 2008).

Após o evento, houve um clima de euforia entre os trabalhadores, especialmente em Osasco, onde a radicalização se espalhou rapidamente, levando ao que ficou conhecido como a greve de Osasco. O movimento era ambicioso, planejando a ocupação de fábricas e se estendendo para toda a região. No entanto, a resposta da ditadura foi rápida e violenta, combinando repressão e negociação (Santana, 2008).

As forças policiais cercaram as fábricas, resultando em prisões e tensão. Apesar dos apelos para evitar a invasão militar na Cobrasma, os soldados agiram com brutalidade, desmantelando as ações dos trabalhadores. A repressão se intensificou, e, em poucos dias, a capacidade de mobilização foi severamente comprometida. As fábricas voltaram a funcionar normalmente, e as lideranças do movimento foram perseguidas, resultando em um retrocesso significativo para a luta operária naquele momento (Santana, 2008).

#### **4.2.4 Anos de chumbo**

A greve de Osasco e os destinos de suas lideranças tiveram impactos significativos sobre o movimento operário na região. Embora a oposição tenha conseguido manter núcleos de resistência dentro das empresas, a repressão da ditadura dificultou a articulação de suas atividades. Muitos militantes foram forçados a se mudar ou foram presos, o que fragmentou a organização (Santana, 2008).

Um exemplo disso foi a segunda greve de Contagem, em outubro de 1968, que também foi reprimida severamente, resultando na intervenção do sindicato e marcando o fim de um período de intensa mobilização operária naquele ano. Com a crescente repressão e o endurecimento do regime, simbolizado pelo Ato Institucional nº 58, a luta operária se viu em um momento de retração e espera, especialmente com a ascensão do general Emílio Médici à presidência (Santana, 2008).

Apesar das dificuldades e da repressão brutal, os militantes operários mantiveram a fábrica como seu principal espaço de ação. Essa resistência foi evidente mesmo entre militantes cristãos, que se reorganizaram em suas comunidades e fábricas, buscando resistir ao regime e manter viva a luta pelos direitos dos trabalhadores (Santana, 2008).

No cenário sindical, a ditadura usou todos os mecanismos disponíveis para sufocar qualquer movimento contestador. Até mesmo eventos organizados por lideranças menos combativas eram alvo de violência policial. Assim, os trabalhadores tentaram articular suas demandas, focando na luta contra o arrocho salarial, que continuava a ser uma questão central (Santana, 2008).

Apesar das intervenções e da repressão, as mobilizações nos anos finais da década de 1970 começaram a ganhar visibilidade, culminando nas grandes mobilizações dos metalúrgicos do ABC paulista. Esses eventos marcam o renascimento do movimento operário, rompendo as limitações impostas pela ditadura e sinalizando o início de uma nova fase de luta pelos direitos dos trabalhadores no Brasil (Santana, 2008).

#### **4.2.5 Greves no ABC Paulista**

A ascensão do movimento dos trabalhadores durante o regime militar brasileiro nos anos 1970 representa um momento decisivo na luta pela redemocratização do país.

O governo militar, após o esgotamento do "milagre brasileiro" e as derrotas eleitorais, inicia um processo de "abertura" política sob a presidência de Ernesto Geisel, adotando uma estratégia de gradualismo para garantir a sua sobrevivência. No entanto, o movimento operário surge como um fator inesperado, intensificando a luta pela participação política e criando um ambiente de efervescência social (Santana, 2008).

Dentre os vários movimentos sociais emergentes, destaca-se o movimento dos trabalhadores, que ganhou força a partir de greves organizadas, especialmente no ABC paulista. A greve de 1978 dos metalúrgicos, liderada por Luiz Inácio da Silva (Lula), desafiou a legislação anti-greve e expôs a crise econômica, acentuada pela manipulação dos índices de inflação pelo governo. Esta greve não apenas reivindicava reposição salarial, mas também simbolizava um rompimento com o silêncio imposto à classe trabalhadora, impactando as estruturas de poder do regime. Santana (2018, p. 40) afirma que “segundo Lula, era uma verdadeira operação de guerra na qual os militantes sindicais intensificaram seu trabalho de porta de fábrica e de panfletagem.”

A partir de 1979, as mobilizações se intensificaram, com uma série de greves em diversas categorias. A campanha salarial dos metalúrgicos, que incluía reivindicações por emprego e representação sindical, culminou em novas greves massivas que desafiavam a legalidade e a repressão estatal. Apesar de intervenções governamentais e repressão às lideranças sindicais, os trabalhadores se organizaram e resistiram, utilizando espaços alternativos para suas assembleias (Santana, 2008).

A greve de 1980, que durou 41 dias, simbolizou a força do movimento, mesmo diante da resistência das empresas e do governo. A mobilização culminou em uma das maiores demonstrações operárias do Brasil, reunindo mais de 100 mil trabalhadores. Contudo, o movimento enfrentou dificuldades, resultando em um refluxo e na aceitação de acordos que não atendiam plenamente às demandas dos trabalhadores (Santana, 2008).

A greve não foi um êxito total para os operários. Os três sindicatos se viram muito próximos de uma séria derrota e forçados a aceitar uma solução de compromisso [...]. A greve foi, entretanto, uma séria derrota para os patrões e o Estado. Em vez de pôr fim à greve com a intervenção [...] o Estado se viu forçado a reconhecer os líderes depostos como legítimos representantes dos operários. (Humphrey, 1980, p. 27).

Os desdobramentos dessas greves tiveram um profundo impacto no cenário político e sindical do Brasil, revelando os limites do regime militar e pavimentando o caminho para uma nova fase de mobilizações sociais. Essas experiências de luta e resistência seriam fundamentais para a formação de novas lideranças e para a construção de um ambiente propício à redemocratização, demonstrando a importância da organização dos trabalhadores na luta por direitos e justiça social (Santana, 2008).

### **4.3 Transição democrática e repercussões no movimento sindical**

A ascensão do movimento dos trabalhadores na década de 1980 no Brasil foi um marco crucial na luta pela redemocratização. Após um período de repressão sob a ditadura militar, os trabalhadores começaram a se organizar de maneira significativa, promovendo greves e mobilizações que desafiavam as restrições impostas pelo regime (Santana, 2008).

As greves de 1978, por exemplo, marcaram o início de uma onda de mobilizações em diversos setores, incluindo bancários, petroleiros e professores. Essa dinâmica não apenas demonstrou a capacidade de organização da classe trabalhadora, mas também impulsionou a criação de um novo partido político, o Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980. Esse novo sindicalismo, representado por líderes como Luiz Inácio Lula da Silva, trouxe práticas inovadoras e uma visão mais combativa em relação ao sindicalismo tradicional (Santana, 2008).

Apesar das tentativas de repressão do governo, como intervenções em sindicatos e prisões de lideranças, a classe trabalhadora continuou a reivindicar seus direitos e a buscar maior participação política. Essa mobilização culminou na realização de congressos importantes, como a Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat) e, posteriormente, na fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983, (Santana, 2008).

[...] os militares não tinham muito mais fôlego para impedir que a sociedade brasileira, em geral, e os trabalhadores, em particular, fossem reconquistando seus direitos. O sentido avanço e expansão do movimento sindical deságuam na busca de uma unificação [...] (Santana, 2008, p. 303).

Durante a década de 1980, o Brasil começou a deixar para trás os anos de ditadura, e o movimento sindical se consolidou como uma força significativa na luta pela democratização. A inflação elevada e as condições econômicas adversas também impulsionaram a mobilização, enquanto os sindicatos se tornavam protagonistas na luta por eleições diretas e pela elaboração de uma nova Constituição (Santana, 2008).

O movimento sindical, portanto, não apenas lutou por melhores condições de trabalho, mas também se tornou um ator fundamental na conquista de direitos democráticos e na construção de um novo Brasil, culminando na eleição de um governo civil em 1985, que representou o fim da era militar (Santana, 2008).

#### **4.4 Abertura comercial**

A abertura econômica dos anos 1990 e a reestruturação produtiva levaram os sindicatos a enfrentarem uma nova complexidade, caracterizada pelo aumento do desemprego e pela precarização das relações de trabalho. Esse período trouxe uma queda na taxa de sindicalização e um arrefecimento das práticas tradicionais de ação sindical (Oliveira; Jardim; Silva, 2021).

As contratações flexíveis, como trabalho em tempo parcial e subempregos, tornaram-se mais comuns, enquanto as políticas de proteção social foram substituídas por uma ênfase na competitividade. Isso resultou na chamada "crise do mundo do trabalho", marcada por crescentes desigualdades, aumento da pobreza e vulnerabilidade social (Oliveira; Jardim; Silva, 2021).

Os sindicatos, enfrentando essa crise, veem suas estratégias se tornarem defensivas, focando na garantia do emprego e na participação nos resultados, ao invés de questões econômicas e salariais que eram o foco anterior. O sindicalismo, especialmente o CUTista, passou a buscar uma "cooperação conflitiva", onde, apesar dos conflitos, a colaboração entre trabalhadores e empregadores tornou-se uma necessidade. Essa transformação culminou no surgimento de um "sindicalismo de conciliação", refletindo as novas dinâmicas do trabalho e a adaptação dos sindicatos a um cenário em rápida mudança (Oliveira; Jardim; Silva, 2021).

A partir de 1989, com a eleição de Collor, o Brasil iniciou um período de retrocessos sociais, marcado pelo aumento do desemprego e pela manutenção da

hegemonia da burguesia, que contou com apoio financeiro internacional e a desmobilização interna dos trabalhadores. Esse cenário foi impulsionado pela separação entre as lutas eleitorais e as mobilizações populares, e pela busca da burguesia liberal de romper com os avanços sociais dos anos 1980, especialmente com Collor e depois com Fernando Henrique Cardoso (Lara; Silva, 2015).

Nos anos 1990, o movimento sindical enfrentou desafios significativos, sem conseguir impedir as grandes reformas neoliberais que agravaram a concentração de renda e a precarização do trabalho. A influência do FMI e suas exigências de austeridade fiscal foram centrais nesse processo de transformação econômica e social no país (Lara; Silva, 2015). Esse contexto contribuiu ao fortalecimento do movimento sindical, especialmente metalúrgico brasileiro, e sobretudo na região do grande ABC.

Cabe indicar que,

Dois argumentos substantivos questionam a legitimidade do ponto de vista liberal. O primeiro é tomar como dado o que na verdade é *socialmente produzido*. O liberalismo parte dos indivíduos como eles são, mas nunca se indaga: se as pessoas são como são porque são assim ou porque ficaram assim? (Giannetti, 2016,p.67).

Após o impeachment de Collor em 1992, o governo de Itamar Franco, com Fernando Henrique Cardoso no Ministério da Fazenda, assinou um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), que impôs políticas austeras, como o pagamento rigoroso da dívida externa e interna. O acordo com o FMI exigia um ajuste fiscal severo, a venda de empresas públicas e a adoção de medidas que agravaram a desigualdade social, como a redução da participação dos salários no PIB e a flexibilização das leis trabalhistas (Lara; Silva, 2015).

O governo de FHC (1995-2002) aprofundou essas reformas neoliberais, congelando salários, cortando direitos trabalhistas e permitindo a terceirização e a precarização do trabalho. A introdução de medidas como a flexibilização da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a criação do Fator Previdenciário afetaram diretamente a classe trabalhadora. Durante esse período, o movimento sindical, diante de uma crise econômica e ideológica, passou a se concentrar em lutas mais imediatas e teve dificuldade em frear as políticas de privatização e flexibilização (Lara; Silva, 2015).

Em 1996, bateu-se o recorde de receitas anuais com a venda de estatais no Brasil; em 1997, os resultados da privatização superaram a soma de todos os anos anteriores; em 1998, novos recordes foram batidos. Nesses três anos, importantes setores da economia brasileira (transportes, telecomunicações, eletricidade etc.) foram parcial ou inteiramente transferidos para a iniciativa privada [...] Os benefícios são auferidos de forma muito mais difusa por contribuintes, consumidores e novos clientes e fornecedores. Assim, a determinação do governo em enfrentar os bem organizados grupos de interesse contrários à privatização, na ausência de um apoio mais explícito da opinião pública [...] (Pinheiro, 1999, p. 149).

Nos sindicatos, a adesão a políticas de aliança com as elites impediu uma reação eficaz. A CUT, por exemplo, foi criticada por sua negociação com o governo de FHC em 1996, que resultou na reforma da Previdência e no enfraquecimento de direitos trabalhistas históricos. A postura participacionista dos sindicatos refletiu uma mudança do sindicalismo de classe para uma posição mais defensiva e colaborativa (Lara; Silva, 2015).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral e os objetivos específicos propostos pela autora com este trabalho de monografia foram atingidos. A discussão a respeito da peculiaridade do caso brasileiro, no período do chamado milagre foram apresentadas e reforçam por um lado a potência brasileira com suas riquezas naturais e cultura e por outro lado o seu tremendo desafio em crescer, desenvolver e incluir economicamente e socialmente.

O milagre econômico e a ditadura militar, com todo o seu conjunto de dinâmicas complexas, influenciaram o movimento sindical brasileiro de maneiras desafiadoras. A vitrine do desenvolvimento exibido pelas promocionais décadas de crescimento sob o governo autoritário e militar foi mantida no lugar com extremos de desigualdade e exploração da força de trabalho.

Durante estes anos, o movimento sindical brasileiro não deve ser encarado apenas como um reflexo das condições econômicas, mas como um campo de disputa ideológica e política, no qual a relação de poder, a reivindicação por direitos de trabalho e a busca de liberdade política se entrecruzaram. As greves, as mobilizações e a organização foram muito mais do que uma luta por melhores salários e locais de trabalho, foram uma manifestação de um desejo de emancipação e, em muitos casos, uma forma de resistência a um regime que limitava as liberdades individuais e coletivas.

No entanto, as consequências dessas mobilizações não se limitam ao contexto imediato. Mais do que desafiar a repressão militar, foram cruciais para o processo de democratização do Brasil, na medida em que possibilitaram não só o surgimento de uma nova liderança política, como fortaleceram um movimento sindical transformado no ator fundamental nas décadas seguintes, em particular nos anos 1980, marcados por um processo de transição democrática.

Entretanto, o tema continua a ser um campo aberto para a pesquisa. O estudo do movimento sindical durante o regime militar e o impacto do milagre econômico pode ser enriquecido por abordagens que considerem as diferentes perspectivas das diversas categorias de trabalhadores, como operários urbanos, camponeses e trabalhadores rurais, além das influências da organização política internacional, como a Guerra Fria, que também afetou a dinâmica interna dos

movimentos sindicais no Brasil. A intersecção entre política, economia e sociedade oferece um vasto campo para explorar a resistência operária não só em termos de estratégias sindicais, mas também na relação com outras formas de resistência social e política.

A temática sobre o movimento sindical na ditadura militar e durante o milagre econômico é uma área de pesquisa que permanece viva, pode ser abordada de várias maneiras e que, com o passar do tempo, revela novas camadas e dimensões do que aconteceu. O que é evidente, no entanto, é que a luta naquele momento do país – período que precedeu a redemocratização brasileira, teve um impacto profundo não apenas sobre a estrutura organizacional dos trabalhadores, mas também sobre a forma atual do Brasil. A história do país é marcada pela desigualdade, exclusão e precarização do trabalho na era da globalização - talvez pós globalização, com a emergência de governos cuja agenda se contrapõe o Estado do bem estar social. Essas questões, que continuam a reverberar, não só merecem, mas exigem uma atenção constante, pois as lições do passado têm, ainda, muito a ensinar sobre as possibilidades de resistência, solidariedade e transformação social.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Fernando Antônio. **O Milagre Econômico Brasileiro (1968-1973):** uma análise crítica. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2010.
- ALMEIDA, Mário de Souza. **Elaboração de Projeto, TCC, Dissertação e Tese:** uma abordagem simples, prática e objetiva. São Paulo: Atlas, 2011.
- ABREU, João Batista de. **As manobras da informação:** análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil (1965-1979). Rio de Janeiro: Mauad, 2000.
- BAER, Mônica. **A internacionalização financeira no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1986.
- BAER, Werner. **A economia brasileira.** Tradução de Edite Sciulli. São Paulo: Nobel, 2002.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL.** Rio de Janeiro: Editora da UNICAMP, 2000.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. Maria de Conceição Tavares. **Memória do IE-UFRJ,** 2010. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/rec/a/7YDDwwFtVhHHsdtT7MKSGXG/#>. Acessado em: 03 mai.2024.
- CAJUEIRO, Roberta Liana Pimentel. **Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos:** guia prático do estudante. 1. Ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2013.
- CARNEIRO, Ricardo de Medeiros. **Desenvolvimento em crise:** a economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- CARNEIRO, Ricardo de Medeiros. **Crise, estagnação e hiperinflação:** a economia brasileira dos Anos 80. Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 1991.
- ERICKSON, Kenneth Paul. **Sindicalismo no processo político no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1979.
- ESTANQUE, Elisio. Sindicalismo e movimentos sociais: ação coletiva e regulação social no contexto europeu e português. **Revistas PUC-SP,** 2009. Disponível em:  
<https://revistas.pucsp.br/ls/article/download/18931/14095/47397>. Acesso em: 12 set.2024.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** São Paulo: Edusp, 1994.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** São Paulo: Edusp, 2006.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 2007.

GENTILLI, Victor. O jornalismo brasileiro do AI-5 à distensão: “milagre econômico”, repressão e censura. **Portal de Periódicos UFSC**, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/download/2075/1817/6199>. Acesso em: 11 mai.2024.

GIANNETTI, Eduardo. **Trópicos utópicos: uma perspectiva brasileira da crise civilizatória**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

HABERT, Nadine. **A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira**. São Paulo: Ática, 1996.

HUMPHREY, John. **As raízes e os desafios do “novo” sindicalismo da indústria automobilística**”. São Paulo: Cebrap, 1980.

KERECKI, Márcio; SANTOS, Miguel dos. **Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG): do milagre econômico ao fim do sonho**. Revista Historiador, 2009. Disponível em: <https://revistahistoriador.com.br/index.php/principal/article/download/56/59>. Acesso em: 02 out.2024.

KUCINSKI, Bernardo. **Abertura, a história de uma crise**. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1982.

LAGO, Luiz Aranha Corrêa do. **Uma revisão do período do milagre. Política econômica e crescimento, 1967-1973**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989.

LARA, Ricardo; SILVA, Mauri Antônio da. **A ditadura civil-militar de 1964: os impactos de longa duração nos direitos trabalhistas e sociais no Brasil**. Serviço Social & Sociedade, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/NGwM4fhVhW4rhdnTNXZhpmm/>. Acesso em: 19 set.2024.

LIMA, Saulo de Castro. **DA SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES AO BRASIL POTÊNCIA: Concepções do desenvolvimento 1964-1979**. Revista Aurora, 2011. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/1243/1110>. Acesso em: 29 set.2024.

LOPES, Sergio Leite. **História e Transformação do Sindicalismo Brasileiro**. Revista THEOMAI, 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/124/12415104006.pdf> . Acesso em: 22 set. 2024.

MACHADO, João Guilherme Rocha; PINEDA, Andréa Martini. **Sobre Silêncios e Naturalizações: Uma Análise Crítica do Discurso da Formulação do I Plano Nacional**

de Desenvolvimento (I PND) (1972-1974). *Administração Pública e Gestão Social (APGS)*, 2023. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=351575641004>. Acesso em: 05 out.2024.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia científica**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2007. p. 261-265.

MARTINS, Gilberto de Andrade e THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas: 2007.

MELLO, João Manuel Cardoso; NOVAIS, Fernando A. **O capitalismo tardio e sociabilidade moderna**. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP; Campinas, SP: FACAMP, 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Sobre origens e motivações do Ato Inconstitucional 5. **Revista Brasileira de História**, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/jZh4sttTXLWN5KJMWXJNQzt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 mai.2024.

NETTO, José Paulo. **Pequena história da ditadura militar brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2014.

OLIVEIRA, Janaína de; JARDIM, Maria Chaves; SILVA, Sidney Jardim da. **Sindicalismo, reestruturação produtiva e capitalismo financeiro no Brasil**. *Revista de Economia Política*, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/tRVxfYrKChqSWJpk34C7c5b/?format=html>. Acesso em: 11 mai.2024.

OLIVEIRA, S. L. **Tratado de Metodologia Científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses**. 2. ed. São Paulo: Pioneira Learning, 2002.

PAULINO, Ana Elisa Lara. **O impacto do “milagre econômico” sobre a classe trabalhadora segundo a imprensa alternativa**. *Revista Katálisis*, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/sXk5ZyqcRkx5DHBCCfj8rLN/>. Acesso em: 01 abr.2024.

PRESTES, Anita Leocardia. **Três regimes autoritários na história do Brasil republicano: o estado novo (1937-1945), a ditadura militar (1964-1985) e o regime atual (a partir do golpe de 2016)**. *Revista da História Comparada*, 2019. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/596304179.pdf>. Acesso em: 02 out.2024.

PINHEIRO, Armando Castelar. **Privatização no Brasil: por quê? Até onde? Até quando?** *In: GIAMBIAGI, Fabio; MOREIRA, Maurício Mesquita (Org).* A economia brasileira nos anos 90. Rio de Janeiro : Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 1999.

SANTANA, Marco Aurélio. **Militância, repressão e silêncio**: relato de uma experiência com a memória operária. História Oral, 2000. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/21/13>. Acesso em: 10 mai.2024.

SANTANA, Marco Aurélio. **As centrais sindicais brasileiras e a reestruturação produtiva: análises e propostas**. Sociologias, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/xkF5bRmwxRSvV4hqqjkc6Vp/>. Acesso em: 11 mai.2024.

SANTANA, Marco Aurélio. **Ensaio bibliográfico trabalho, trabalhadores e sindicatos em meio ao vendaval contemporâneo**. Dados, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/CqXhP9jnrMYfTSzDtYJyywy/?lang=pt&format=html&stop=next>. Acesso em: 10 mai.2024.

SANTANA, Marco Aurélio. **Ditadura Militar e resistência operária**: o movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática. Política & Sociedade, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2008v7n13p279/8605>. Acesso em: 10 out.2024.

SANTANA, Marco Aurélio; BRAGA, Ruy. **O pêndulo oscilante sociologia do trabalho e movimento sindical no Brasil**. Caderno CRH, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/TFnJyPghHW5kdtb8mT7qgWb/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 11 mai.2024.

SANTANA, Marco Aurélio. **Classe trabalhadora, confronto político e democracia**: o ciclo de greves do ABC paulista e os desafios do sindicalismo atual. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/f77DLNRZ6wnwtgcsfpnyFMr/>. Acesso em: 10 out.2024.

SANZ, Beatriz; MENDONÇA, Heloísa. **O lado obscuro do “milagre econômico” da ditadura**: o boom da desigualdade. El País, 2017. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/29/economia/1506721812\\_344807.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/29/economia/1506721812_344807.html). Acesso em: 11 mai.2024.

SERRA, José. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**: Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

TARMARIM, Eduardo. **O "milagre econômico brasileiro"**. Câmara dos Deputados, 2007. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/279588-o-milagre-economico-brasileiro/>. Acesso em: 10 mai.2024.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**: Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

TEIXEIRA, Pollyana Ramos. **O Brasil pós-milagre econômico**: os impactos do choque do petróleo na recessão de 1973 e o II PND. Monografia (Graduação) - Curso

de Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Econômicas e Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

TIMBÓ, N. V. **Manual de apresentação para trabalhos acadêmicos**: segundo ABNT NBR 14724 dez. 2005; NBR 6027 maio 2003; NBR 6028 nov. 2003; NBR 12225 julho 2004. 2008. Disponível em: [https://metodista.br/biblioteca/arquivos/2020-manual-de-apresentacao\\_compressed.pdf](https://metodista.br/biblioteca/arquivos/2020-manual-de-apresentacao_compressed.pdf). Acesso em: 01 mai.2020.

TIMBÓ, N. V. **Manual de citação para trabalhos acadêmicos**: segundo ABNT NBR 10520 ago. 2002. Disponível em: <https://metodista.br/biblioteca/arquivos/2020-manual-de-citacao.pdf>. Acesso em: 01 mai.2020.

TIMBÓ, N. V. **Manual de referências para trabalhos acadêmicos**: segundo ABNT NBR 6023 ago. 2002. Disponível em: [https://metodista.br/biblioteca/arquivos/2020-manual-de-referencias\\_compressed.pdf](https://metodista.br/biblioteca/arquivos/2020-manual-de-referencias_compressed.pdf). Acesso em: 01 mai.2020.

VELOSO, Fernando A.; VILLELA, André; GIAMBIAGI, Fabio. **Determinantes do “milagre” econômico brasileiro (1968-1973)**: uma análise empírica. Revista Brasileira de Educação, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbe/a/5SyG8QnVhQHdyfKdd893mk/#>. Acesso em: 10 mai.2024.

VELLOSO, João Paulo dos Reis. **O ultimo trem para Paris; de Getúlio a Sarney**: “milagres”, choques e crises do Brasil moderno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. **A comparative study on quality management in the brazilian and the Scottish prison service**. Edimburgo: University of Edinburg, 1996.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZAFFARI JR., M. A. **Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil**. Revista Perspectiva: reflexões sobre a temática internacional, [S. l.], v. 7, n. 13, 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/RevistaPerspectiva/article/view/64970>. Acesso em: 04 maio. 2024.